



ESPIRITO SANTO

Sindicato cobra dos deputados a participação no processo de implantação de vigilantes armados nas escolas do ES



O Sindseg-GV/ES através da sua diretoria esteve na manhã desta terça-feira (11) na Assembleia Legislativa e protocolou requerimento que pede a presença de representantes da categoria no processo de implantação de vigilantes armados nas escolas do Espírito Santo.

Diante do cenário de ataques a escolas dentro do Espírito Santo, torna-se urgente a presença de vigilantes armados nas escolas capixabas com o objetivo de evitar tragédias que podem abalar inúmeras famílias do Estado.

“A presença dos profissionais da segurança privada é de fundamental importância para inibir eventos de violência no ambiente escolar. Somos um braço da segurança pública, estamos onde o poder público, por suas limitações não pode estar presente, mas queremos participar

das discussões da implantação de vigilantes armados nas escolas, o sindicato não pode ser ignorado”, afirma o presidente do sindicato, Serafim Gerson Camilo.

O presidente se refere ao Projeto de Lei 1652 do deputado federal Gilvan da Federal que tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília. Aqui no Espírito Santo, vários parlamentares repercutiram na sessão plenária desta segunda-feira (10) uma onda de ameaças que teria surgido no final de semana em aplicativos de celular e redes sociais sobre supostos novos atentados em escolas capixabas que estariam sendo planejados para os próximos dias.

Vale destacar que existe indicação que solicita a criação de um programa emergencial para a destinação de recursos visando a contratação imediata de segurança armada em todas as escolas do Estado do Espírito Santo. O documento já foi protocolizado na Assembleia Legislativa e encaminhado para o governador Renato Casagrande.

A destinação de recursos e a consequente presença de segurança armada nas escolas ajudará a prevenir e inibir a ocorrência de crimes e violências nas escolas, aumentando a sensação de segurança dos envolvidos.

É dever do Estado proteger e zelar pela segurança das crianças e adolescentes e os vigilantes patrimoniais podem efetivamente contribuir neste processo.

Fonte: SINDSEG GV ES

SVNIT denuncia hospital em Itaboraí à Polícia Federal



Após fiscalização na última semana constatar que uma empresa sem registro na Polícia Federal (PF) presta serviço de vigilância no Hospital Municipal Desembargador Leal Junior, em Itaboraí, o Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região (SVNIT) protocolou, nesta segunda (10), uma denúncia à PF. Outras medidas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) também serão adotadas.

Nesta segunda (10), os diretores Adilson Silva e Alan Mattos voltaram à unidade hospitalar para cobrar respostas da direção da unidade. O SVNIT havia informado que a empresa Defender Supervisão não tem registro na Polícia Federal e, com isso, não pode exercer segurança privada.

No entanto, o responsável administrativo do hospital informou que irá manter a empresa, contratando o serviço não como vigilante, mas como Controlador de Acesso. “Isso é desvio de função. É um completo absurdo o que estamos

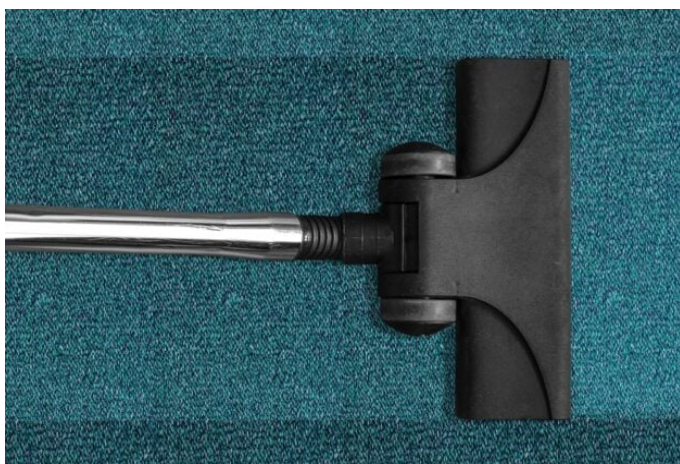
vendo. Não dá para acreditar que um município aceite contratar uma empresa irregular e depois, para manter a empresa, pratique uma ilegalidade grave. Acionamos a PF e o MTE pois não vamos deixar isso acontecer”, disse o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região, Cláudio Vigilante.

O sindicalista afirmou, ainda, que tentou diálogo com a direção do Hospital Municipal Desembargador Leal Junior a fim de ajudar na solução do problema, mas que foi ignorado.

“Não vamos aceitar essa falta de respeito! Estamos cobrando do prefeito de Itaboraí que reveja essa situação, pois o órgão público deveria ser exemplo! Dentro do hospital, os trabalhadores que estão lá contratados por essa empresa de serviços estão fazendo segurança e a prefeitura precisa tomar as devidas providências e acabar com essa covardia e falta de respeito com os trabalhadores”, afirmou o dirigente sindical.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE NITEROI/RJ

GPS (GGPS3) pagará R\$ 174 milhões em dividendos; saiba valor por ação



O Conselho de Administração do GPS (GGPS3) aprovou nesta quarta-feira (05) em assembleia a proposta de pagamento no montante de R\$ 174 milhões em dividendos.

O valor bruto dos proventos do GPS corresponde a R\$ 0,2590. No comunicado ao mercado, a companhia informa que “não haverá atualização monetária ou incidência de juros entre a data da declaração dos dividendos e a data do efetivo pagamento”.

Ainda segundo o fato relevante, apenas os investidores com ações do GGPS3 hoje (5) terão direito de receber os rendimentos. A partir de amanhã (6), os papéis serão negociadas sem direito aos dividendos.

O pagamento de dividendos do GPS está confirmado para o dia 17 de abril. A seguir, confira mais detalhes dos valores dos **proventos**.

Dividendos do GGPS3

- Valor total dos dividendos: R\$ 174.124.297,10
- Valor por ação: R\$ 0,25904790147
- Data de corte: 5 de abril
- Data do pagamento: 17 de abril
- Rendimento (dividend yield) do pagamento: 3,79%

GPS compra empresa de vigilância Force

O GPS, por meio da sua controlada Graber Sistemas de Segurança, adquiriu 100% das empresas Force Vigilância e Force Serviços terceirizados. Antes, o Grupo fez a compra da Allis por meio de sua controlada, a Top Services, sendo uma aquisição de 100% das ações da companhia.

No documento, o GPS lembra que a conclusão da aquisição depende ainda da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A Force é uma empresa que presta serviços de segurança privada, sistemas eletrônicos de segurança e serviços de facilities, com forte presença no Paraná, segundo o fato relevante.

A aquisição do GPS registrou receita bruta de aproximadamente R\$ 142,5 milhões entre setembro de 2020 e setembro de 2021. O valor corresponde a 5,4% da receita que era prevista para 2022 do GPS, de acordo com o BTG Pactual (BPAC11).

Após o anúncio da aquisição da Force, o BTG reforçou sua recomendação de compra para o GPS, com preço-alvo a R\$ 23,00.

fonte: [SUNO.COM.BR](https://www.sunocom.br)

Conheça os deputados que querem acabar com a fiscalização sobre trabalho escravo



Publicado originalmente em De Olho nos Ruralistas
(Imagem: Reprodução)

Por Luís Indriunas e Alceu Luís Castilho

O deputado Luiz Philippe de Orléans e Bragança (PL-SP), herdeiro da “família real” brasileira, quer acabar com a Justiça do Trabalho e, conseqüentemente, com a capacidade do Estado de combater o trabalho análogo à escravidão. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) defendida pelo monarquista conta, até o momento, com a assinatura de 66 parlamentares.

Dentre os apoiadores da medida, vinte pertencem à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Entre eles, estão diretores da bancada ruralista: a coordenadora de Alimentação e Saúde, Bia Kicis (PL-DF), e o coordenador de Segurança no Campo, Marcos Pollon (PL-MS). Dos 66 assinantes, 43 são do PL, de Jair Bolsonaro. O restante, de partidos apoiadores do ex-presidente.

A proposta – denominada por Bragança de “modernização da Justiça” – foi apresentada no mesmo mês em que diversos flagrantes

de trabalho escravo vieram à tona. Em 22 de fevereiro, uma ação conjunta da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Polícia Federal (PF) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com apoio da Justiça do Trabalho, resgatou 207 trabalhadores que prestavam serviços para as vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, no Rio Grande do Sul. Dias depois, 85 trabalhadores – incluindo 11 adolescentes – foram resgatados em arrozais de Uruguaiana (RS), que forneciam sementes e grãos para a Basf. Ao todo, o estado bateu o recorde de 303 trabalhadores resgatados só nos três primeiros meses de 2023. O número representa 33% das 918 apreensões registradas entre janeiro e março, o maior índice dos últimos 15 anos.

Armamentistas e ruralistas no topo da lista

Pelo menos nove dos deputados que apoiam o PEC de Bragança receberam doações de empresários da indústria armamentícia. Entre os ruralistas da bala que apoiam o projeto está Marcos Pollon (PL-MS), fundador do Proarmas,

associação defensora do armamento civil. Ele é diretor de Segurança no Campo da FPA.

Também representam essa faceta armamentista da bancada ruralista a coordenadora de Alimentação e Saúde da frente, Bia Kicis (PL-DF), a coordenadora jurídica, Caroline de Toni (PL-SC), e o ex-coordenador de Defesa Sanitária, Domingos Sávio (PL-MG). A lista tem ainda a deputada Carla Zambelli (PL-SP), também da FPA. A deputada apontou um revólver contra um cidadão às vésperas das eleições e foi obrigada a entregar suas armas em dezembro de 2022, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

O interesse do agronegócio na questão também está explícito no apoio do ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, Ricardo Salles. Eleito pelo PL de São Paulo, ele recebeu financiamento maciço de usineiros, conforme apontado no último episódio da série De Olho no Congresso. O setor sucroalcooleiro tem um histórico de litígios na Justiça do Trabalho: os usineiros foram os principais responsáveis por atuação de trabalho análogo à escravidão em 2022. Dos 2.575 trabalhadores encontrados nessas condições, 14% atuavam em canaviais.

Doadores milionários acusados de trabalho escravo

Oito dos 60 maiores doadores individuais nas eleições de 2022, o “clube do milhão”, estiveram envolvidos em acusações de trabalho análogo à escravidão. Foram R\$ 12,6 milhões destinados, principalmente, para políticos bolsonaristas. Somente o ex-presidente Jair Bolsonaro recebeu R\$ 2,55 milhões de empresários escravagistas.

Entre os congressistas, muita gente recebeu esse tipo de financiamento. O deputado Fernando Coelho Filho (União-PE), filho do ex-senador pernambucano Fernando Bezerra Coelho, recebeu doações de Emival Caiado, primo de Ronaldo Caiado, governador goiano e correligionário da família Coelho. Vinte e seis trabalhadores foram libertados da fazenda do pecuarista no Tocantins. O pai de Fernando Filho, quando senador, tentou tirar Caiado da lista suja.

Historicamente, muitos parlamentares já foram flagrados com trabalho escravo em suas fazendas: entre eles o ex-presidente da Câmara Inocêncio Oliveira, de Pernambuco; o carioca Leonardo Picciani; o paulista Beto Mansur; o capixaba Camilo Cola; o roraimense Urzeni Rocha, o alagoano e usineiro João Lyra. Esses já não estão no Congresso. Cola e Lyra

já morreram. Mas o matogrossense Jayme Campos continua no Senado. Ele pertence ao partido União Brasil e preside o Conselho de Ética.

Marcelo Castro (MDB-PI) também continua no Senado. O ex-ministro da Saúde recebeu doações da Construtora Jurema, pertencente a seus irmãos, que mantinha, em 2011, seis trabalhadores em condições análogas às de escravo em uma obra na rodovia BR-343. Os dois, Castro e Campos, são integrantes históricos e hoje vogais da FPA, cargo destinado aos membros mais antigos da frente.

Além deles, o pai do deputado André Fufuca (PP-MA) já esteve na chamada “lista suja” do trabalho escravo e sua colega de bancada Roseana Sarney (MDB-MA) vetou, como governadora, projeto de lei que combatia a escravidão, sendo o Maranhão um dos principais exportadores de mão-de-obra escravizada.

Indústria de armas e celulose doou para o príncipe

As armas estão no caminho de Luiz Philippe de Orleans e Bragança. Durante sua campanha à reeleição, em 2022, o deputado monarquista recebeu uma doação de R\$ 50 mil de Antonio Marcos de Moraes Barros, ex-presidente da Companhia Brasileira de Cartuchos. Outros R\$ 50 mil vieram de um representante do agronegócio, Jorge Feffer, dono da Suzano Papel e Celulose. Em março de 2022, a gigante dos eucaliptos foi acusada de arrendar uma fazenda em Cidelândia, no Maranhão, onde trabalhadores que tentaram fugir foram alvejados com disparos de arma de fogo. Um deles recebeu um tiro na nuca.

Integrante da FPA, o deputado não declarou propriedades rurais à Justiça Eleitoral. Seu patrimônio soma R\$2,5 milhões, sendo 88% desse total em ações, depósitos e aplicações financeiras.

Luiz Philippe foi um dos incentivadores à vinda de Portugal do coração de Dom Pedro I para as comemorações de 200 anos da Independência do Brasil. Cinco décadas antes, nas festas dos 150 anos, o ditador Emílio Médici trouxe o corpo do mesmo imperador para exibi-lo num mausoléu no bairro do Ipiranga. Assim como na ditadura civil-militar, Jair Bolsonaro recebeu os restos mortais do imperador como uma salva de canhões.

Fonte: DCM

Abril Verde - TST faz alerta sobre trabalho seguro no Brasil

Sede do Tribunal ficará iluminada com cor da campanha de conscientização sobre prevenção contra acidentes de trabalho



Ministros Alberto Balazeiro, Corrêa da Veiga, Morgana Richa, Kátia Arruda e Caputo Bastos, além do procurador-geral do Trabalho, ao lado da fachada do TST

Durante todo o mês de abril, a sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em Brasília, ficará iluminada na cor verde. Essa é uma das ações da campanha Abril Verde, que alerta para a necessidade de ambientes de trabalho seguros e saudáveis. A cerimônia que marcou o início da iluminação especial ocorreu na noite desta segunda-feira (3).

Entre 2012 e 2022, foram comunicados 6,7 milhões de acidentes de trabalho, com 25,5 mil mortes. Os dados são do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, desenvolvido no âmbito da Iniciativa SmartLab de Trabalho

Decente, coordenada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil. Somente no ano passado, foram 612,9 mil acidentes de trabalho, e 2.538 pessoas morreram enquanto exerciam suas funções, um aumento de 7% em relação a 2021. Os números contabilizam apenas casos em empregos formais - ou seja, há uma subnotificação.

Cultura da prevenção

Para o ministro do TST Alberto Balazeiro, coordenador nacional do Programa Trabalho Seguro, da Justiça do Trabalho, os dados demonstram a relevância do tema e a

necessidade de esforço “para que possamos viver em uma sociedade em que predomine a cultura da prevenção, minorando o sofrimento que, hoje, atinge tantas famílias”.

“Em pleno século XXI, convivemos, quase diariamente, com denúncias de ambientes de trabalho perversos e sem segurança”, observou o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, vice-presidente do TST. “Nesse mundo, ainda persiste a luta pela dignidade do trabalhador. E os trabalhadores têm, nesta Justiça, um guardião atencioso e preocupado”.

O procurador-geral do trabalho, José de Lima Ramos Pereira, chamou a atenção para o fato de que os números representam uma média de 70 acidentes por hora e sete mortes por dia. “Acidentes de trabalho não ocorrem por acaso. Na maioria das vezes, ocorrem por descaso”, afirmou. “Que esse seja um chamado para o fato de que é direito de todos ter um ambiente sadio de trabalho, e é dever de todos buscar esse equilíbrio”.

Programa Trabalho Seguro em 2023

Além da iluminação do edifício-sede do TST e do CSJT, um conjunto de ações será realizado por meio do Programa Trabalho Seguro. Instituído pelo CSJT, o objetivo dele é contribuir para minimizar os riscos de qualquer atividade e ampliar e enraizar a cultura da prevenção, por meio do diálogo social.

Pauta temática

Durante todo este mês, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Turmas do Tribunal Superior do Trabalho poderão realizar sessões com pautas temáticas. O objetivo é dar celeridade aos processos que envolvem temas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Conteúdos

Até o fim do mês, o TST e os Tribunais Regionais divulgarão conteúdos sobre o tema nos seus canais de comunicação (sites e redes sociais) e na imprensa.

Evento

No dia 25 de abril, será realizado o evento “Democracia e Meio Ambiente do Trabalho”, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), com o lançamento da obra “Normas Regulamentadoras (NR) relativas à Segurança e Medicina do Trabalho: Percursos para a Efetividade do Trabalho Decente”.

Apoio da CBF

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) apoiará o Programa Trabalho Seguro em 2023. Durante as partidas do campeonato brasileiro de futebol, séries A e B, na rodada do fim de semana seguinte ao dia 28 de abril, será veiculada uma campanha sobre o tema nos painéis laterais dos campos de futebol.

Ações trabalhistas

No ano passado, ao menos 307 mil ações trabalhistas foram ajuizadas com temas relacionados às condições de segurança e saúde em ambientes de trabalho. O número contabiliza reclamações trabalhistas que tratam de assédio moral, doença ocupacional, acidentes de trabalho, condições degradantes, limitação de uso de banheiro e assédio sexual.

Abril Verde

Duas datas são destacadas durante o mês: 7 de abril, Dia Mundial da Saúde – criado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) –, e 28 de abril, Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho – instituído pela Lei 11.121/2005 e previsto no calendário da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

(Natália Pianegonda/Juliane Sacerdote/GS)

FONTE: TST

Em debate sobre reformas, Paim associa terceirização à prática de trabalho escravo

Participantes de audiência pública propõem revogação da terceirização em atividades-fim das empresas. Senador retoma ideia do Estatuto do Trabalho



Na perspectiva de rediscussão ao menos parcial da “reforma” trabalhista de 2017, a ideia de um Estatuto do Trabalho voltou à pauta parlamentar. A proposta é defendida há anos pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Casa, que realizou audiência pública nesta segunda-feira (10). Paim também criticou a extensão da terceirização para atividades-fim das empresas, outro item que se tornou lei no período recente.

“Segundo o Dieese, havia 1,8 milhão de terceirizados formais no Brasil em 1995, número que chegou a 4,1 milhões em 2005 e a 12,5 milhões em 2014”, afirmou Paim. “O mais grave de tudo é a terceirização da atividade-fim. Ela potencializa o trabalho escravo, a exploração da mão de obra e a precarização. Cabe a nós revogar isso. De cada 10 trabalhadores resgatados em condição análoga à escravidão, nove são terceirizados”, acrescentou o senador.

Mudanças negociadas

Nesse sentido, o parlamentar é autor de uma sugestão legislativa (SUG 12/2018), que trata do Estatuto do Trabalho. Assim, caso seja aprovada na CDH, a proposta passa a tramitar como um projeto autônomo. Paim sustenta que a “reforma” trabalhista foi imposta, sem qualquer tipo de negociação. Já o estatuto seria elaborado a partir de uma discussão tripartite, envolvendo governo, empresários e trabalhadores.

Convidado para a audiência, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirmou que a terceirização no Brasil remete às relações de trabalho ao capitalismo mercantil dos séculos 15 e 16, quando “as pessoas eram contratadas por tempo e por entrega de serviços”. Com isso, o problema permaneceu.

“O capitalismo reinventou isso a partir de uma forma de construção que deixa à margem dos direitos sociais os trabalhadores e suas famílias. Não adianta você pensar em reconstituir o passado. Você precisa proteger os indivíduos das consequências do futuro que está sendo criado. Esta incumbência só pode ser atribuída ao Estado”, disse Belluzzo.

Terceirização, a precarização legalizada

Já o ministro Maurício Godinho Delgado, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), afirmou que é preciso “limitar”. Ele sustentou ainda que essa prática, na atividade-fim, “é manifestamente inconstitucional”. Até a aprovação da lei da terceirização irrestrita (13.429, de 2017), a jurisprudência do TST vetava a adoção de

serviços terceirizados em atividades-fim das empresas.

“Não há outro caminho dentro do projeto constitucional. Não se pode ter uma posição radical e extremada no sentido de negar qualquer validade da terceirização. Isso já sabemos que não vai funcionar. Mas não vejo outro caminho senão termos uma flexibilidade para as atividades-meio”, avaliou o magistrado. “A retomada dessa diferenciação pelo Estatuto do Trabalho me parece um bom caminho. A posição da jurisprudência era absolutamente equilibrada, razoável, proporcional e de fácil entendimento. A jurisprudência estava consolidada.”

Favorável ao estatuto, a professora de Sociologia do Trabalho Maria da Graça Druck de Faria, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), defendeu a revogação das leis 13.429 e 13.467 (da “reforma” trabalhista, também aprovada em 2017). “Elas legalizaram a precarização”, afirma.

“Não há qualquer limite. Um dos elementos da política neoliberal é exatamente destroçar os limites protetores do Estado social”, diz a professora. “A partir dos anos 1990, vivemos uma epidemia de terceirização. Os trabalhadores terceirizados são, sem dúvida nenhuma, trabalhadores de segunda categoria. Por quê? Porque ganham menos, trabalham mais, são os mais instáveis, têm mais rotatividade e menos direitos, são os que mais se acidentam e morrem e são os que mais se encontram em situação de trabalho análogo ao escravo.”

Com informações da Agência Senado

FONTE: RBA

O DIEESE divulgou os dados de março da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA).

DIEESE

Cálculo

Em março de 2023, o **salário mínimo necessário** para manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a **R\$ 6.571,52**



Para Cestas mais caras

- São Paulo (R\$ 782,23)
- Porto Alegre (R\$ 746,12)
- Florianópolis (R\$ 742,23)

Cestas mais baratas

- Aracaju (R\$ 546,14)
- Recife (R\$ 578,73)
- João Pessoa (R\$ 579,57)

Obs.: Nas cidades do Norte e Nordeste a composição da cesta é diferente das demais capitais

Salário mínimo necessário

Em março de 2023, deveria ter sido R\$ 6.571,52

5,05 vezes o mínimo de R\$ 1.302

Cesta x salário mínimo

Tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica foi de 112 horas e 53 minutos. Após desconto de 7,5%, referente à Previdência Social, o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em média, 55,47% do rendimento para adquirir os produtos da cesta.

A pesquisa completa está disponível no site do DIEESE

<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2023/202303cestabasica.pdf>

FONTE: DIEESE

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF